

GS Inima Serviços de Saneamento Ltda.

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)															
Balancão Patrimonial			Balancão Patrimonial			Demonstrações do Resultado			Demonstrações dos Fluxos de Caixa						
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020		Nota	2021	2020		2021	2020	
Ativo/Circulante		3.972	2.498	Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		1.010	1.482	Receita líquida	11	17.721	3.364	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.265	1.661	Fornecedores	8	419	142	Custo dos serviços prestados	12	(13.826)	(1.418)	Lucro líquido do exercício		2.049	761
Impostos a recuperar	5	565	110	Obrigações sociais	9	432	226	Lucro bruto		3.895	1.946	Ajustes para conciliar o resultado do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Partes relacionadas	6	1.817	724	Obrigações fiscais	6	67	56	Receitas (despesas) operacionais:				Imposto de renda e contribuição social - diferidos			4
Outros créditos		325	3	Partes relacionadas	6	31	1.058	Gerais e administrativas	12	(929)	(846)	Depreciação e amortização		20	3
Não Circulante		140	37	Outras obrigações		61	—	Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.966	1.100	Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Realizável a Longo Prazo		140	37	Total do passivo		1.010	1.482	Resultado operacional antes do resultado financeiro				Impostos a recuperar		(454)	(110)
Imobilizável	7	139	38	Patrimônio Líquido	10	3.102	1.053	Financeiro financeiro				Outros créditos		(322)	(4)
Intangível		1	—	Capital social		300	300	Receitas financeiras	13	86	9	Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Total do Ativo		4.112	2.535	Reserva de lucros retidos		2.802	753	Despesas financeiras	13	(12)	(3)	Fornecedores		277	142
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.112	2.535			74	6	Partes relacionadas		(2.120)	333
										3.040	1.106	Obrigações sociais		206	223
										(991)	(341)	Obrigações fiscais		11	56
										—	(4)	Outras obrigações		59	—
										(991)	(345)	Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos		(274)	1.408
										2.049	761	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
										2.049	761	Aquisição de ativo imobilizado		(123)	(40)
										2.049	761	Aquisição de ativo intangível		(2)	—
										2.049	761	Baixa de ativo imobilizado		3	—
												Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		(122)	(40)
												Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(396)	1.368
												Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.661	293
												Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.265	1.661
												Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(396)	1.368

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
1. Contexto operacional: A GS Inima Serviços de Saneamento Ltda. ("Sociedade"), foi constituída em 22 de agosto de 2019 e tem como atividades principais: I. Captação, tratamento e distribuição de água para fins de abastecimento; II. Gestão de redes de água e esgoto, especialmente para operação e manutenção das estações de tratamento de água e de esgoto; III. Construção de estações e redes de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e construções correlatas; IV. Gerenciamento e execução de obras por meio de contrato de construção por administração; V. Serviços de engenharia, incluindo elaboração e gestão de projetos, bem como serviços de inspeção técnica relacionados às áreas de supervisão de contratos de execução de obras e supervisão e gerenciamento de projetos; VI. Serviços de gestão comercial, incluindo a medição de consumo de água, associados ou não a manutenção de medidores de consumo, serviços de ligação e corte de consumo e demais serviços correlatos; e VII. Serviços de coleta de resíduos não perigosos de origem urbana ou industrial, por meio de lixeiras, veículos, caçambas e outros. A sede da Sociedade está localizada na Rua Joaquim Floriano, 1052, 6º andar, conjunto 61, sala 2, Itaim Bibi, São Paulo. **1.1. Impactos da COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Sociedade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade concluiu que não há efeitos materiais em suas informações contábeis intermediárias. O efeito financeiro e econômico para a Sociedade ao longo do exercício de 2022 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Sociedade continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

2. Base para preparação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Sociedade. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **3. Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante todo o exercício apresentado nas demonstrações contábeis. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **3.1. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento. Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior. **I. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e

vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias. **b. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Um ativo financeiro é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram. A Sociedade transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. **II. Passivos financeiros:** A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável. As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **III. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **IV. Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Vide análise do valor justo de instrumentos financeiros na Nota Explicativa nº 16. **3.2. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. **3.3. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente: **I. Impostos correntes:** As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **I. Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base em saldo de base tributável negativa (ativo) e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A sociedade reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). **3.4. Receitas e despesas financeiras:** Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. **3.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022: a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b) Outras normas:** Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber: • Contratos de seguros (IFRS 17); • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

Receita de execução, supervisão e despesas operacionais		Custos/gerenciamento de obras	
Con-tas a receber	Con-tas a pagar	Con-tas a receber	Con-tas a pagar
—	(31)	—	(347)
GS Inima Brasil Ltda.			
Ambiente Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.	—	1.393	—
Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.	488	—	4.114
Caepa Companhia de Água e Esgoto de Parabiuna S.A.	—	—	7
Comasa Cia Águas de Santa Rita S.A.	—	184	—
Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A.	18	—	687
Sanel Saneamento de Luiz Antônio S.A.	—	—	10
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	1.311	—	12.721
Total	1.817	(31)	19.116

Receita de execução, supervisão e despesas operacionais		Custos/gerenciamento de obras	
Con-tas a receber	Con-tas a pagar	Con-tas a receber	Con-tas a pagar
—	(7)	—	(65)
GS Inima Brasil Ltda.			
Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.	588	—	2.719
Caepa Companhia de Água e Esgoto de Parabiuna S.A.	1	—	32
Comasa Cia Águas de Santa Rita S.A.	11	—	33
Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A.	124	—	935
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	—	(1.051)	—
Total	724	(1.058)	3.719

Saldo	Mó- Máqui- Compu- ta- dos		Insta- ções	Total
	Ve- culos	u- ten- sílios		
Saldo final em 1/01/2020	—	—	—	—
Adições	—	3	7	31
Saldo final em 31/12/2020	—	3	7	31
Adições	76	5	13	18
Alienações/baixas	—	—	(3)	—
Saldo final em 31/12/2021	76	8	17	49
Depreciação acumulada	—	—	—	—
Saldo final em 1/01/2020	—	—	—	(3)
Saldo final em 31/12/2020	—	—	—	(3)
Depreciação	(8)	(1)	(1)	(8)
Saldo final em 31/12/2021	(8)	(1)	(1)	(11)
Valor contábil líquido em 31/12/2020	—	3	7	28
Valor contábil líquido em 31/12/2021	68	7	16	38
Vida útil (anos)	4 a 5	10	2 a 13	5

A Sociedade revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

3. Fornecedores: Representados por: **2021** **2020**
419 **142**
419 **142**

Diretoria	
Carlos Roberto Ferreira - Diretor Presidente	Helio Moellmann Ferreira de Barros Júnior - Diretor Técnico

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências

Receita líquida		Custos/gerenciamento de obras	
Con-tas a receber	Con-tas a pagar	Con-tas a receber	Con-tas a pagar
19.116	(616)	19.116	(616)
ISS	(139)	ISS	(139)
PIS	(640)	PIS	(640)
COFINS	17.721	COFINS	17.721
Reculta líquida	17.721	Reculta líquida	17.721

Custo		Custos/gerenciamento de obras	
Con-tas a receber	Con-tas a pagar	Con-tas a receber	Con-tas a pagar
4.758	1.929	4.758	1.929
1.929	4.792	1.929	4.792
1.929	2.347	1.929	2.347
1.929	13.826	1.929	13.826
1.929	1.418	1.929	1.418
1.929	2021	1.929	2021
1.929	2020	1.929	2020

Despesa financeira		Custos/gerenciamento de obras	
Con-tas a receber	Con-tas a pagar	Con-tas a receber	Con-tas a pagar
(4)	—	(4)	—
(8)	(3)	(8)	(3)
(12)	(3)	(12)	(3)
74	6	74	6
Resultado financeiro líquido	74	Resultado financeiro líquido	74

Receitas financeiras		Custos/gerenciamento de obras	
Con-tas a receber	Con-tas a pagar	Con-tas a receber	Con-tas a pagar
81	9	81	9
5	—	5	—
86	9	86	9
1.034	(376)	1.034	(376)

Despesa com imposto de renda e contribuição social		Custos/gerenciamento de obras	
Con-tas a receber	Con-tas a pagar	Con-tas a receber	Con-tas a pagar
43	31	43	31
(991)	(345)	(991)	(345)
(991)	(341)	(991)	(341)
(4)	—	(4)	—
(991)	(345)	(991)	(345)

15. Demonstrações dos fluxos de caixa: a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4. **16. Instrumentos financeiros:** **16.1. Exposição a riscos cambiais:** Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. **16.2. Exposição a riscos de taxas de juros:** Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade não apresentava saldo de passivo exposto a riscos de taxas de juros relevantes. **16.3. Concentração de risco de crédito:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras. A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. **16.4. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 representam o valor justo em função da natureza e característica dos saldos registrados em balanço. A Sociedade não teve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. **17. Eventos subsequentes:** A Sociedade não identificou eventos subsequentes às demonstrações contábeis que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações. **18. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 18 de fevereiro de 2022.

Contador	
Rodrigo Basso - CRC 1SP266229/O-8	Marcos Vinicius G. Colombari - CRC 2 SP 013846/O-1